

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO SUDOESTE DO PARANÁ

BRUNA RAQUEL DLUGOKENSKI¹, GILSON LUÍS VOLOSKI²

1 Introdução

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa Formação Continuada de Professores (FCP) no Sudoeste do Paraná, com delimitação, nesta edição, na microrregião do Vale do Iguaçu. Este subprojeto está vinculado ao Grupo de Pesquisa TRIPEC, da UFFS Campus Realeza, que no seu projeto guarda-chuva investiga, em várias frentes, a constituição da docência nesta região. A justificativa documental tem como ponto de partida as demandas abertas pela determinação da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que expressa o seguinte teor:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014, p.12).

Uma das principais motivações consiste na necessidade de produção de conhecimentos sistematizados sobre as potencialidades e demandas referentes à FCP, das expectativas projetadas na Meta 16 dos Planos Municipais de Educação (PMEs 2015-2025), bem como das atividades de formação realizadas neste período.

Como problematização, a pesquisa buscou saber: todos os municípios têm o PME? Como os municípios incorporaram a Meta 16 em seus respectivos PMEs? O que se propõe na Meta 16? Como a Meta Nacional está se realizando no contexto particular dos municípios pequenos da Fronteira Sul? E como as gestões municipais e escolares estão se organizando para atingi-la até 2025? Na prática, que tipo de FCP estão proporcionando?

A pesquisa busca saber o apanhado geral, bem como as necessidades formativas dos docentes nos dias atuais e, como a UFFS Campus Realeza é uma instituição formadora de professores, é de suma importância conhecer as necessidades, demandas, expectativas, projeções, estratégias e políticas municipais para melhor planejar sua atuação na extensão

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Física, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Realeza, Grupo de Pesquisa Tripec, contato: brunadlugokenski@gmail.com

² Doutor em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Realeza. **Orientador.**

universitária.

2 Objetivos

O objetivo principal é investigar a Meta 16 dos Planos Municipais de Educação (2014-2024) do Sudoeste do Paraná, suas práticas formativas, tendo em vista produzir conhecimento sobre as demandas e possibilidades de formação continuada de Professores, em colaboração entre a UFFS e os municípios, buscando a melhoria da qualidade da educação. Também são objetivos: construir um banco de dados sobre os Planos Municipais de Educação; analisar as diretrizes, políticas e estratégias da Meta 16 dos PME's; aplicar os questionários e coletar dados sobre a formação continuada com os secretários municipais de educação e os gestores das escolas; elaborar um diagnóstico das demandas de formação continuada considerando a distância entre o PME's e o que está se realizado; publicizar o resultado da pesquisa no formato de artigos científicos e/ou capítulos de livro e/ou anais de eventos.

3 Metodologia

A primeira etapa consistiu na realização de pesquisa documental com análise dos Planos Municipais de Educação (2015-2025), mais precisamente da Meta 16, documentos e registros sobre a formação continuada de professores realizada a partir de 2015, montando, assim, um banco de dados dos PME's e dados estatísticos dos municípios. Na segunda etapa, realizou-se a aplicação de questionários, via Formulários do Google, para coletar dados sobre as concepções, planejamentos, organizações e práticas desenvolvidas referente à formação continuada de professores. O anonimato dos participantes que responderam ao formulário foi mantido, trocando seus nomes por letras (secretário = S; gestor escolar = G; professora = P) com os respectivos números identificadores dos municípios.

O primeiro subprojeto foi desenvolvido de outubro de 2018 a outubro de 2019, no qual foram convidados a colaborar dez municípios, todos da microrregião da Fronteira com a Argentina. Os convidados foram: Capanema, Planalto, Ampere, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul, Pérola D'oeste e Boa Vista da Caroba. Realeza e Pranchita não colaboraram por razões circunstanciais, por isso foram convidados novamente. Nesta segunda etapa, priorizou-se o convite às secretarias municipais da microrregião do Vale do Iguaçu: Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge D'Oeste, São João, Sulina e

Saudade do Iguaçu. Também foram convidados quatro municípios que não fazem parte desta microrregião: Realeza e Pranchita, por motivo já mencionado; Barracão faz parte da microrregião da fronteira, mas não havia sido convidado na primeira etapa; Manfrinópolis por ter manifestado interesse na pesquisa. No total, obtivemos a resposta de 32 colaboradores.

4 Resultados e Discussão

O primeiro passo foi analisar se os Planos Municipais de Educação contêm a Meta 16 do Plano Nacional de Educação, a qual busca que pelo menos 50% dos professores da educação básica possuam pós-graduação até 2025. Segundo este parâmetro, todos os municípios participantes da pesquisa conseguiram atingir a primeira parte da meta nacional. Contudo, alguns desses municípios trazem metas mais elevadas do que a nacional. As informações fornecidas pelas Secretarias Municipais de Educação dessas cidades revelam que: Nova Prata do Iguaçu buscava 100% dos professores com pós-graduação e, no momento, está com 81%; Salto do Lontra buscava ter 90% até o final de 2020 e, atualmente, está com 89%; Barracão buscava ter 90% até o final de 2020 e está, atualmente, com 99%. É importante destacar que dentre as respostas dos colaboradores, não houve relato de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), apenas lato sensu (especialização).

Constatamos na pesquisa documental que todas as secretarias municipais que colaboraram com esta pesquisa possuem um Plano Municipal de Educação. De alguma forma, variando o estilo de escrita, o teor da Meta 16 do Plano Nacional de Educação, que trata especificamente sobre a Formação Continuada de Professores, está presente no texto de todos os PMEs. De acordo com as respostas dos questionários, também está presente de forma institucional nas propostas pedagógicas escolares e com datas reservadas para encontros coletivos nos calendários letivos anuais, com carga horária entre 20 horas a 100 horas para, com percentual médio de 40 horas. O investimento na formação coletiva anual é assumido como responsabilidade das Secretarias Municipais e direito das professoras. Portanto, estão em consonância com a LDBEN nº9.394/96, em seu Artigo 61, que determina como garantia a formação continuada, “inclusive mediante a capacitação em serviço”.

Para a realização da Formação coletiva ofertada pelas secretarias municipais de educação, geralmente, são reservados dias não letivos no início, no recesso de julho e no fim do ano letivo. O modo em que essa formação acontece é predominantemente em formato de palestras ao grande coletivo de professores. Nesse caso, a formação ocorre, geralmente, de

forma pontual, com temas fragmentados e desvinculados entre eles. Isso indica que a formação como um processo contínuo (Ibernón, 2001), de experiência continuada (Dewey, 2011), de ação-reflexão-ação (Freire, 2001) ainda é um desafio posto. Além da formação coletiva, outras formas e horários foram relatados pelos colaboradores, indicando que a FCP ocorre diferentemente para cada realidade, em cada escola, em pequenos grupos ou de iniciativa individualizada, que extrapola “a frequência de cursos” (Adorno, 1995). Contudo, constatou-se que não há o costume de registro escrito por meio de relatórios ou publicização dos resultados destes estudos e práticas formativas.

Em relação à pergunta sobre os temas solicitados de formação, que foram diversos, é importante sublinhar os assuntos que apareceram com maior ênfase nas respostas dos secretários municipais, gestores escolares e professoras: como trabalhar com crianças com transtorno do espectro autista, dificuldades de aprendizagens e inclusão. No grupo dos diretores(as), que está mais próximo do cotidiano do quadro docente, os pedidos de formação sobre estes assuntos ultrapassaram os 90%. Assim como temas relacionados a eles, “como lidar com a indisciplina e relações humanas”. Das respostas dos professores, cerca de 63% menciona pelo menos algum dos três temas: autismo, inclusão ou dificuldades de aprendizagem.

Houveram diversos relatos sobre a dificuldade de se proporcionar uma formação continuada para todos os professores do município, seja pela dificuldade de contratação de profissionais na área de formação continuada, pelo excesso de burocracia ou a dificuldade geográfica do região, além da dificuldade de se definir os temas da formação, principalmente por se tratar de municípios pequenos, que possuem poucos professores trabalhando na rede de ensino municipal e com recursos limitados.

5 Conclusão

Observando os resultados obtidos pela pesquisa e comparando-os com os objetivos propostos, pode-se afirmar que a maioria dos objetivos foram cumpridos e que o projeto de pesquisa teve um resultado geral satisfatório. O objetivo geral de “Investigar a Meta 16 dos Planos Municipais de Educação (2014-2024) do Sudoeste do Paraná” foi cumprido e gerou um banco de dados sobre a FCP em um recorte geográfico da microrregião do Vale do Iguaçu.

Como principal resultado da pesquisa, destacamos que, com base na análise documental dos PMEs e a sistematização dos dados vindo das respostas dos questionários:

todos os municípios investigados têm o Plano Municipal de Educação (2015-2025) e todos os PMEs analisados apresentam a Meta 16, que trata da formação continuada de professores. Além disso, todos os municípios investigados já atingiram a meta de terem 50% dos professores da educação básica com pós-graduação.

Ainda, os resultados da pesquisa mostram que não há relatos de municípios que não possuem horas previstas para a formação no coletivo dos professores, resultado de um empenho por parte das secretarias municipais de educação em projetar estratégias e espaços formativos, tendo em vista suprir “lacunas” e promover constante “aperfeiçoamento do profissional docente” e, conseqüentemente, à melhoria da “qualidade da educação escolar”. Entretanto, os horários previstos no calendário escolar são principalmente dos dias em que não há aula, geralmente, no início, no recesso de julho e no fim do ano letivo, de forma pontual, com temas desvinculados entre os encontros, indicando que a formação em processo contínuo ainda é um desafio posto à área em questão.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.**

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 48-49.

Palavras-chave: Planos Municipais de Educação; Meta 16; Formação Continuada.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2021-0377

Financiamento: Fundação Araucária